

Q1.

Uma frase escrita com clareza e conforme a norma-padrão da língua está em:

- A) É certo que muitos postos de trabalho serão extintos e que em breve, hajam vagas de trabalho sendo disputadas, ao mesmo tempo, por cidadãos de diversas partes do mundo.
- B) Caso a pesquisa da Universidade de Oxford estando certa, em breve será testemunhada uma revolução no campo do trabalho, que se estenderá para além das fronteiras dos Estados Unidos.
- C) Alguns políticos propõem barreiras comerciais, a fim de salvaguardar a economia interna e garantir postos de trabalho para a população, medida duramente criticada por muitos intelectuais.
- D) A ocorrência de conflitos entre diversos povos demonstram a situação delicada a qual muitos países se encontram, em virtude da falta de oportunidades de emprego.
- E) Em 2016, pudemos testemunhar muitos entraves decorrentes do aumento da desigualdade, que não deverá arrefecer tão cedo, na medida em que faltam políticas eficazes para combatê-la.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Emprego da acentuação gráfica

Q2.

O museu é considerado um instrumento de neutralização – e talvez o seja de fato. Os objetos que nele se encontram reunidos trazem o testemunho de disputas sociais, de conflitos políticos e religiosos. Muitas obras antigas celebram vitórias militares e conquistas: a maior parte presta homenagem às potências dominantes, suas financiadoras. As obras modernas são, mais genericamente, animadas pelo espírito crítico: elas protestam contra os fatos da realidade, os poderes, o estado das coisas. O museu reúne todas essas manifestações de sentido oposto. Expõe tudo junto em nome de um valor que se presume partilhado por elas: a qualidade artística. Suas diferenças funcionais, suas divergências políticas são apagadas. A violência de que participavam, ou que combatiam, é esquecida. O museu parece assim desempenhar um papel de pacificação social. A guerra das imagens extingue-se na pacificação dos museus.

Todos os objetos reunidos ali têm como princípio o fato de terem sido retirados de seu contexto. Desde então, dois pontos de vista concorrentes são possíveis. De acordo com o primeiro, o museu é por excelência o lugar de advento da Arte enquanto tal, separada de seus pretextos, libertada de suas sujeições. Para o segundo, e pela mesma razão, é um "depósito de despojos". Por um lado, o museu facilita o acesso das obras a um status estético que as exalta. Por outro, as reduz a um destino igualmente estético, mas, desta vez, concebido como um estado letárgico.

A colocação em museu foi descrita e denunciada frequentemente como uma desvitalização do simbólico, e a musealização progressiva dos objetos de uso como outros tantos escândalos sucessivos. Ainda seria preciso perguntar sobre a razão do "escândalo". Para que haja escândalo, é necessário que tenha havido atentado ao sagrado. Diante de cada crítica escandalizada dirigida ao museu, seria interessante desvendar que valor foi previamente sacralizado. A Religião? A Arte? A singularidade absoluta da obra? A Revolta? A Vida autêntica? A integridade do Contexto original? Estranha inversão de perspectiva. Porque, simultaneamente, a crítica mais comum contra o museu apresenta-o como sendo, ele próprio, um órgão de sacralização. O museu, por retirar as obras de sua origem, é realmente "o lugar simbólico onde o trabalho de abstração assume seu caráter mais violento e mais ultrajante". Porém, esse trabalho de abstração e esse efeito de alienação operam em toda parte. É a ação do tempo, conjugada com nossa ilusão da presença mantida e da arte conservada.

(Adaptado de: GALARD, Jean. Beleza Exorbitante. São Paulo, Fap.-Unifesp, 2012, p. 68-71)

Atente para as afirmativas abaixo.

I. Em ... presta homenagem às potências dominantes... (1º parágrafo), o sinal indicativo de crase pode ser suprimido excluindo-se também o artigo definido, sem prejuízo para a correção.

II. O acento em "têm" (2º parágrafo) é de caráter diferencial, em razão da semelhança com a forma singular "tem", diferentemente do acento aplicado a "porém" (3º parágrafo), devido à tonicidade da última sílaba, terminada em "em".

III. Os acentos nos termos "excelência" (2º parágrafo) e "necessário" (3º parágrafo) devem-se à mesma razão.

Está correto o que consta em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II, apenas.
- E) II e III, apenas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Emprego dos sinais de pontuação

Fonte: ANALISTA LEGISLATIVO - ADMINISTRAÇÃO / Assembleia Legislativa/SE / 2018 / FCC

Q3.

Juventude e história

Eric Hobsbawm (1917-2012) foi um dos maiores historiadores da era moderna. Longevo, viveu como também sua praticamente toda a história do século XX. É dele este importante fragmento, que vale como uma advertência:

“A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio.”

(Adaptado de: Era dos extremos – O breve século XX. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 13.)

Está plenamente adequada a pontuação do seguinte período:

- A) Tivesse vivido muito menos Eric Hobsbawm, esse grande historiador moderno talvez não pudesse com a mesma autoridade, dar seu testemunho, sobre esse período histórico que batizou como Era dos extremos.
- B) Tivesse vivido muito menos, Eric Hobsbawm, esse grande historiador moderno, talvez não pudesse, com a mesma autoridade, dar seu testemunho sobre esse período histórico, que batizou como Era dos extremos.
- C) Tivesse vivido muito menos Eric Hobsbawm, esse grande historiador moderno, talvez não pudesse – com a mesma autoridade – dar seu testemunho, sobre esse período histórico que batizou: como Era dos extremos.
- D) Tivesse vivido, muito menos, Eric Hobsbawm – esse grande historiador moderno, talvez não pudesse, com a mesma autoridade, dar seu testemunho, sobre esse período histórico que batizou – como Era dos extremos.
- E) Tivesse vivido muito menos Eric Hobsbawm – esse grande historiador moderno – talvez não pudesse com, a mesma autoridade, dar seu testemunho sobre esse período histórico que batizou como Era dos extremos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Flexão nominal e verbal

Fonte: ANALISTA ADMINISTRAÇÃO / DPE/RS / 2017 / FCC

Q4.

[Uma espécie complicada]

O grande biólogo norte-americano Richard Dawkins acredita sem qualquer hesitação na teoria de Darwin acerca da sobrevivência dos mais fortes e capazes e na importância da adaptação a mutações fortuitas na evolução das outras espécies, mas se declara contra a ideia do darwinismo social na evolução da sua própria espécie. Aceitar o darwinismo social seria aceitar posições conservadoras em matéria de política e economia, o que vai contra suas convicções progressistas.

Já os conservadores, que negam a teoria de Darwin sobre a origem e o desenvolvimento das espécies, pregam o darwinismo social sob vários nomes: liberalismo, antidirigismo, antiassistencialismo etc. A sobrevivência, portanto, dos mais competitivos e sortudos, como no universo neutro de Darwin.

Esquerda progressista e direita conservadora trocam incoerências. A direita abomina a ideia de que o homem descende de animais inferiores, mas não tem problema com a ideia de que ele deve seu progresso à ganância que tem em comum com os chimpanzés. A esquerda aceita a ascendência de macacos e a evolução da sua espécie, mas não quer outra coisa senão um planejamento inteligente, humanista, para organizar a sua sociedade.

Progressistas costumam ser a favor do direito do aborto e contra a pena de morte. Conservadores, que denunciam a interferência indevida do Estado na vida das pessoas, invocam a santidade da vida para que o Estado proíba o aborto, e geralmente são a favor da pena de morte, a mais radical interferência possível do Estado na vida de alguém. Enfim, seja como for que chegamos a isto, somos uma espécie complicada.

(Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando O mundo é bárbaro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 163-164)

O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o termo sublinhado na frase:

- A) **A lei da sobrevivência dos mais fortes** (**concorrer**) para a explicação do evolucionismo darwinista.
- B) **Um valor do qual, via de regra, não se** (**afastar**) os conservadores é o da vantagem econômica.
- C) **O direito de aborto é uma das** teses pelas quais (**manifestar**) simpatia o progressista de esquerda.
- D) **Não** (**caber**) ao Estado tomar iniciativas, segundo os conservadores, no plano dos valores individuais.
- E) **De todas as** considerações feitas pelo autor, (**resultar**) a conclusão de que nossa espécie é de fato complicada.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / TRT 9ª / 2015 / FCC

Q5.

#PARTIU VIVER?

Sabe o que eu mais acho incrível nas redes sociais?
Como as pessoas acabam se tornando diferentes do que são.
Diferentes mesmo. Todo mundo é bonito, sai de casa maquiado, com o cabelo certinho, come um prato digno de chef e leva essa vida de comercial de margarina. Eu tenho perfil em quase tudo o que é rede, mas também tenho uma teoria que funciona, pra mim pelo menos: quanto mais ativo você está na internet, mais chato está seu dia a dia. Sério, eu acredito nisso. Boa parte das pessoas, nas redes sociais, vive a vida que queria viver. Dá a impressão de que a internet se transformou em um trailer do seu dia a dia. Mas qualquer trailer no cinema parece interessante. Mais do que o filme em si. É só editar e apagar os defeitinhos com um filtro poderoso. Eu mesma não vou curtir sair com o cabelo arrepiado em foto, o problema é acreditar que a vida alheia é assim, 100% irretocável e divertida. Qualquer pessoa viva experimenta momentos de tristeza, tédio, preguiça, falta de inspiração, comida feia no prato, cabelo rebelde, olheira, dúvida sobre um tema... Supernormal não ser perfeito, não ter uma opinião formada sobre algo. Anormal mesmo é essa vida plástica que a gente nota pelo Snapchat, Facebook e Instagram.

(Adaptado de Scherma, Mariana, 01/10/2015. Disponível em: <www.cronicadodia.com.br/2015/10/partiu-viver-mariana-scherma.html>. Acessado em: 01/10/2015)

A colocação pronominal está correta em:

- A) As pessoas têm dedicado-se a compartilhar fotos de várias situações.
- B) Ela repara como tornam-se diferentes algumas pessoas nas redes sociais.
- C) A autora parece incomodar-se com algumas postagens nas redes sociais.
- D) Há vários recursos digitais que prestam-se a corrigir os defeitos das imagens.
- E) Atualmente, as pessoas sempre lembram-se de sorrir ao serem fotografadas.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Domínio dos mecanismos de coesão textual

Fonte: ANALISTA ADMINISTRAÇÃO / DPE/RS / 2017 / FCC

Q6.

Sem privacidade

Ainda é possível ter privacidade em meio a celulares, redes sociais e dispositivos outros das mais variadas conexões? Os mais velhos devem se lembrar do tempo em que era feio "ouvir conversa alheia". Hoje é impossível transitar por qualquer espaço público sem recolher informações pessoais de todo mundo. Viajando de ônibus, por exemplo, acompanham-se em conversas ao celular

brigas de casal, reclamações trabalhistas, queixas de pais a filhos e vice-versa, declarações românticas, acordo de negócios, informações técnicas, transmissão de dados e um sem-número de situações de que se é testemunha compulsória. Em clara e alta voz, lances da vida alheia se expõem aos nossos ouvidos, desfazendo-se por completo a fronteira que outrora distinguia entre a intimidade e a mais aberta exposição.

Nas redes sociais, emoções destemperadas convivem com confissões perturbadoras, o humor de mau gosto disputa espaço com falácias políticas – tudo deixando ver que agora o sujeito só pode existir na medida em que proclama para o mundo inteiro seu gosto, sua opinião, seu juízo, sua reação emotiva. É como se todos se obrigassem a deixar bem claro para o resto da humanidade o sentido de sua existência, seu propósito no mundo. A discrição, a fala contida, o recolhimento íntimo parecem fazer parte de uma civilização extinta, de quando fazia sentido proteger os limites da própria individualidade.

Em meio a tais processos da irrestrita divulgação da personalidade, as reticências, a reflexão silenciosa e o olhar contemplativo surgem como sintomas problemáticos de alienação. Impõe-se um tipo de coletivismo no qual todos se obrigam a se falar, na esperança de que sejam ouvidos por todos. Nesse imenso ruído social, a reclamação por privacidade é recebida como o mais condenável egoísmo. Pretender identificar-se como um sujeito singular passou a soar como uma provocação escandalosa, em tempos de celebração do paradigma público da informação.

(Jeremias Tancredo Paz, inédito)

Considere as seguintes orações:

I. Perdeu-se a antiga privacidade.

II. No lugar da antiga privacidade está uma irrestrita conectividade.

III. Não há mais recolhimento íntimo duradouro.

Essas orações articulam-se num período cuja redação é clara, correta e coesa em:

- A) Como não há mais recolhimento íntimo e duradouro, já que a antiga privacidade deu lugar à irrestrita conectividade, ei-la perdida.
- B) Não havendo mais a antiga privacidade, sem recolhimento íntimo duradouro, está em seu lugar a irrestrita conectividade.
- C) Uma vez perdida a antiga privacidade, conquanto em seu lugar esteja uma irrestrita conectividade, já não há mais recolhimento íntimo duradouro.
- D) O recolhimento íntimo duradouro, perdeu-se com a antiga privacidade, em cujo lugar agora é ocupado por uma irrestrita conectividade.
- E) Já não há recolhimento íntimo duradouro, visto que no lugar da antiga privacidade está agora uma irrestrita conectividade.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Emprego de tempos e modos verbais

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRF 3ª / 2016 / FCC

Q7.

Depois que se tinha fartado de ouro, o mundo teve fome de açúcar, mas o açúcar consumia escravos. O esgotamento das minas – que de resto foi precedido pelo das florestas que forneciam o combustível para os fornos –, a abolição da escravatura e, finalmente, uma procura mundial crescente, orientam São Paulo e o seu porto de Santos para o café. De amarelo, passando pelo branco, o ouro tornou-se negro.

Mas, apesar de terem ocorrido essas transformações que tornaram Santos num dos centros do comércio internacional, o local conserva uma beleza secreta; à medida que o barco penetra lentamente por entre as ilhas, experimento aqui o primeiro sobressalto dos trópicos. Estamos encerrados num canal verdejante. Quase podíamos, só com estender a mão, agarrar essas plantas que o Rio ainda mantinha à distância nas suas estufas empoleiradas lá no alto. Aqui se estabelece, num palco mais modesto, o contato com a paisagem.

O arrabalde de Santos, uma planície inundada, crivada de lagoas e pântanos, entrecortada por riachos estreitos e canais, cujos contornos são perpetuamente esbatidos por uma bruma nacarada, assemelha-se à própria Terra, emergindo no começo da criação. As plantações de bananeiras que a cobrem são do verde mais jovem e terno que se possa imaginar: mais agudo que o ouro verde dos campos de juta no delta do Bramaputra, com o qual gosto de o associar na minha recordação; mas é que a própria fragilidade do matiz, a sua gracilidade inquieta, comparada com a suntuosidade tranquila da outra, contribuem para criar uma atmosfera primordial. Durante cerca de meia hora, rolamos por entre bananeiras, mais plantas mastodontes do que árvores anãs, com troncos plenos de seiva que terminam numa girândola de folhas elásticas por sobre uma mão de 100 dedos que sai de um enorme lótus castanho e rosado. A seguir, a estrada eleva-se até os 800 metros de altitude, o cume da serra. Como acontece em toda parte nessa costa, escarpas abruptas protegeram dos ataques do homem essa floresta virgem tão rica que para encontrarmos igual a ela teríamos de percorrer vários milhares de quilômetros para norte, junto da bacia amazônica.

Enquanto o carro geme em curvas que já nem poderíamos qualificar como “cabeças de alfinete”, de tal modo se sucedem em

espiral, por entre um nevoeiro que imita a alta montanha de outros climas, posso examinar à vontade as árvores e as plantas estendendo-se perante o meu olhar como espécimes de museu.

(Adaptado de: LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes Trópicos. Coimbra, Edições 70, 1979, p. 82-3)

Mantendo-se a correlação verbal na primeira frase do texto, a substituição de *Depois que* por “Caso”, acarretará as seguintes mudanças nas formas verbais:

- A) fartasse – terá – iria consumir
- B) fartara – tivera – consumira
- C) teria fartado – teria tido – teria consumido
- D) tenha fartado – terá – consumirá
- E) tivesse fartado – teria – consumiria

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Vozes do verbo

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q8.

Em um trabalho de Gilles Lipovetsky e Jean Serroy, defende-se a ideia de que em nossos dias há o enaltecimento de uma cultura global, a cultura-mundo, que, apoiando-se no apagamento das fronteiras, cria denominadores culturais dos quais participam sociedades e indivíduos, apesar das diferentes tradições, crenças e línguas que lhes são próprias. Embora seja um estudo perspicaz, algumas afirmações me parecem discutíveis. Uma que se diria pouco procedente consiste em supor-se que, em vista de milhões de turistas visitarem locais como a Acrópole e os anfiteatros gregos da Sicília, a cultura não perdeu valor em nosso tempo. Mas as visitas de multidões a grandes museus e monumentos históricos não representam um interesse genuíno pela “alta cultura” (assim a chamam), visto que isso faz parte da obrigação do turista. Em vez de despertar seu interesse pelo passado e pela arte, exonera-o de conhecê-los a fundo. Essas visitas dos turistas “em busca de distrações” desnaturam o significado real desses museus e monumentos.

Um estudo recente do sociólogo Frédéric Martel mostra que tal “cultura-mundo” de que falavam Lipovetsky e Serroy já ficou para trás, defasada pela voragem de nosso tempo.

As reportagens e os testemunhos coligidos por Martel são representativos de uma realidade que a sociologia e a filosofia ainda não tinham se atrevido a reconhecer. A maioria das pessoas não consome hoje outra forma de cultura que não seja aquela que, antes, era considerada passatempo, sem parentesco com as atividades intelectuais e artísticas que constituíam a cultura. O autor vê com simpatia essa transformação, porque, graças a ela, a cultura do grande público arrebatou a vida cultural à pequena minoria, que antes a monopolizava.

A diferença essencial entre a cultura do passado e o entretenimento de hoje é que os produtos daquela pretendiam transcender o tempo presente, ao passo que os produtos deste são fabricados para serem consumidos no momento e desaparecer. Para essa nova cultura são essenciais a produção industrial maciça e o sucesso comercial. A distinção entre preço e valor se apagou. É bom o que tem sucesso; mau o que não conquista o público. O único valor existente é agora o fixado pelo mercado.

(Adaptado de: LLOSA, Mario Vargas. A civilização do espetáculo: Uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. Edição digital)

Essas visitas dos turistas “em busca de distrações” desnaturam o significado real desses museus e monumentos. (2º parágrafo)

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- A) desnaturam-se.
- B) é desnaturado.
- C) são desnaturadas.
- D) foi desnaturada.
- E) tenham desnaturado.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Concordância nominal e verbal

Fonte: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO à REGULAÇÃO DE TRANSPORTE - TÉCNICO EM CONTABILIDADE/ADMINISTRAÇÃO / ARTESP / 2017 / FCC

Q9.

Equipamentos cada vez mais elaborados estão realizando mais e mais trabalhos que antes exigiam o cérebro humano e substituindo também a força física. Uma pesquisa recente da Universidade de Oxford, no Reino Unido, sugere que cerca de metade

dos postos de trabalho existentes hoje nos EUA serão automatizados até 2033.

Segundo as previsões do professor Richard Baldwin, economista do renomado Instituto Graduate, de Genebra, "alguns quartos de hotéis em Londres poderão ser limpos por pessoas conduzindo robôs diretamente do Quênia ou de Buenos Aires e de outros lugares por menos de um décimo do preço praticado na Europa". E ele tem uma visão simples sobre a reação política das pessoas a este cenário: "Elas vão ficar com raiva".

Alguns políticos reconheceram que 2016 marcou o início dessa raiva. O problema é que, entre paredes e barreiras comerciais, eles têm poucas opções para lidar com o aumento da desigualdade. O ex-consultor de economia do vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, escreveu recentemente: "Para sermos honestos, precisamos admitir que nenhum dos lados – democratas ou republicanos – tem um plano robusto e convincente para recuperar os postos de trabalho em comunidades que perderam muito da base manufatureira". A economista-chefe do Fundo Monetário Internacional, Christine Lagarde, defende o uso de políticas para impulsionar as pessoas a novas vagas de emprego. Mas, para isso, as vagas precisam existir. E nada garante que elas existirão.

(Adaptado de: MARDELL, Mark. 2017 marcará o início da era dos robôs?. Disponível em: www.bbc.com)

Atendendo às regras de concordância padrão e respeitando o sentido do trecho, em linhas gerais, uma redação alternativa para a expressão destacada está entre colchetes em:

- A) ... cerca de metade dos postos de trabalho existentes hoje nos EUA serão automatizados até 2033. (1º parágrafo) [será automatizada]
- B) ... trabalhos que antes exigiam o cérebro humano... (1º parágrafo) [exigia]
- C) "Para sermos honestos... (3º parágrafo) [honesto]
- D) ... um décimo do preço praticado na Europa". (2º parágrafo) [praticados]
- E) "Elas vão ficar com raiva". (2º parágrafo) [ficarem]

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Regência nominal e verbal

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 11ª / 2017 / FCC

Q10.

Freud uma vez recebeu carta de um conhecido pedindo conselhos diante de uma escolha importante da vida. A resposta é surpreendente: para as decisões pouco importantes, disse ele, vale a pena pensar bem. Quanto às grandes escolhas da vida, você terá menos chance de errar se escolher por impulso.

A sugestão parece imprudente, mas Freud sabia que as razões que mais pesam nas grandes escolhas são inconscientes, e o impulso obedece a essas razões. Claro que Freud não se referia às vontades impulsivas proibidas. Falava das decisões tomadas de "cabeça fria", mas que determinam o rumo de nossas vidas. No caso das escolhas profissionais, as motivações inconscientes são decisivas. Elas determinam não só a escolha mais "acertada", do ponto de vista da compatibilidade com a profissão, como são também responsáveis por aquilo que chamamos de talento. Isso se decide na infância, por mecanismos que chamamos de identificações. Toda criança leva na bagagem alguns traços da personalidade dos pais. Parece um processo de imitação, mas não é: os caminhos das identificações acompanham muito mais os desejos não realizados dos pais do que aqueles que eles seguiram na vida. Junto com as identificações formam-se os ideais. A escolha profissional tem muito a ver com o campo de ideais que a pessoa valoriza. Dificilmente alguém consegue se entregar profissionalmente a uma prática que não represente os valores em que ela acredita.

Tudo isso está relacionado, é claro, com a almejada satisfação na vida profissional. Mas não vamos nos iludir. Satisfação no trabalho não significa necessariamente prazer em trabalhar. Grande parte das pessoas não trabalharia se não fosse necessário. O trabalho não é fonte de prazer, é fonte de sentido. Ele nos ajuda a dar sentido à vida. Só que o sentido da vida profissional não vem pronto: ele é o efeito, e não a premissa, dos anos de prática de uma profissão. Na contemporaneidade, em que se acredita em prazeres instantâneos, resultados imediatos e felicidade instantânea, é bom lembrar que a construção de sentido requer tempo e persistência. Por outro lado, quando uma escolha não faz sentido o sujeito percebe rapidamente.

(Adaptado de KEHL, Maria Rita. Disponível em: [rae.fgv.br /sites/rae.fgv.br/files/artigos](http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos))

Falava das decisões tomadas de "cabeça fria"... (2º parágrafo)

O verbo que, no contexto, possui o mesmo tipo de complemento do grifado acima está em:

- A) Satisfação no trabalho não significa necessariamente prazer... (4º parágrafo)
- B) A sugestão parece imprudente... (2º parágrafo)
- C) ... quando uma escolha não faz sentido... (4º parágrafo)
- D) ... as razões que mais pesam nas grandes escolhas... (2º parágrafo)
- E) ... a construção de sentido requer tempo e persistência. (4º parágrafo)

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Sintaxe

Q11.

[Um certo Jó Patriota]

Quando a dor se aproxima
Fazendo eu perder a calma
Passo uma esponja de rima
Nos fermentos da alma.

Esses versos são do repentista Jó Patriota, que nasceu em 1º de janeiro de 1929 no sítio Cacimbas, em Umburanas, então município de São José do Egito – PE, Sertão do Pajeú.

Em seu livro, Na senda do lirismo, Jó Patriota explica que foi o cantador Vicente Preto, ao ouvi-lo ensaiando os primeiros passos no repente, quem primeiro acreditou em sua vocação: – Você pode entrar no ramo, disse-lhe. Ele lembra, também, que sua primeira viola foi comprada por uma irmã, “com dinheiro da venda de uma cabra”. Sempre acontecia alguma coisa com suas violas, porque passou a vida toda cantando com as violas “dos outros”. O que acontecia, certamente, é que sua pobreza o obrigava a vendê-las. Jó Patriota morreu aos 63 anos, em outubro de 1992. Não só o Nordeste, mas o país inteiro não sabe o que perdeu. Estamos vivendo numa época em que, para grande prejuízo do caráter nacional, a poesia tornou-se a última das necessidades.

(Adaptado de: MELO, Alberto da Cunha. Um certo Jó. Recife, SINDESEP, 2002, p. 17-18)

O primeiro e o segundo versos de Jó Patriota citados ao início do texto – Quando a dor se aproxima / Fazendo eu perder a calma – exprimem, respectivamente, circunstâncias de

- A) tempo e modo.
- B) consequência e causa.
- C) finalidade e conformidade.
- D) condição e comparação.
- E) lugar e proporção.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas)

Fonte: TÉCNICO EM GESTÃO 01 / SABESP / 2018 / FCC

Q12.

1 A partir de que momento uma obra é, de fato, arte? Mona Suhrbier, etnóloga e especialista em questões ligadas à Amazônia do Museu de Culturas do Mundo de Frankfurt, explica em entrevista por que trabalhos de mulheres indígenas que vivem em zonas não urbanas têm dificuldade de achar um lugar nos museus.

2 Qual tipo de arte pode ser classificado como “arte indígena”? Devo mencionar, de início, que aqui no Museu das Culturas do Mundo não usamos o termo “arte indígena”. O Museu coleciona desde 1975 arte não europeia. Em cada exposição, indicamos o nome da região de que a arte em questão vem. Mas para responder a sua pergunta com uma pequena provocação: arte indígena é sempre aquela que não é nacional. É o tipo de arte que os países não querem usar para representá-los no exterior. É o “folclore”, o “artesanato”. Para este tipo de arte foi criado no século 21 um espaço especial: o Museu do Folclore. Já me perguntei: por que é que se precisa desse museu? Por que aquilo que é exibido nele não é considerado simplesmente arte?

3 E você encontrou uma resposta a essa pergunta? Quando uma produção deriva de formas de expressão rurais, coloca-se a obra no Museu do Folclore, sobretudo se for feita por mulheres. Mas se a obra for de autoria de um artista urbano, cujo currículo seja adequado, ou seja, se tiver estudado com “as pessoas certas”, aí sim ele pode iniciar o caminho para que se torne um artista reconhecido. Na minha opinião, o problema está nesses critérios “ocidentais”. Muitas vezes o próprio material já define: o mundo da arte aceita com prazer a cerâmica (“sim, poderia ser arte”), enquanto um cesto trançado já é mais difícil.

4 Até que ponto especialistas em arte, socializados em culturas ocidentais, refletem a respeito do fato de que talvez não possam julgar tradições artísticas que não conhecem? Acredito que as pessoas, inclusive os especialistas em arte, tendem a julgar como bom aquilo que já conhecem. As pessoas, em sua maioria, não pensam que cresceram em um mundo visual específico. Esse mundo serve como uma espécie de norma. É mais uma questão sensorial que intelectual. Acho que, entre nós, há muito pouco autoquestionamento no que concerne ao que nos marcou esteticamente.

(Adaptado de: REKER, Judith. “Arte não europeia: ‘não queremos ser como vocês’”. Disponível em: <https://www.goethe.de>)

Em enquanto um cesto trançado já é mais difícil (3º parágrafo), mantendo-se, em linhas gerais, o sentido original, o termo sublinhado pode ser substituído por:

- A) portanto

- B) concomitantemente
- C) ao passo que
- D) ao mesmo tempo em que
- E) ainda que

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA SEGURANÇA JUDICIÁRIA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q13.

O carnaval do Recife deve ao Galo da Madrugada sua repercussão nacional. O bloco foi num crescendo ano a ano e virou o espetáculo grandioso que é. Tem futuro promissor. Mas precisa ser encarado como um negócio a ser tocado cada vez mais profissionalmente.

O potencial do carnaval do Recife para crescer como um “negócio” poderá ser estimulado a beneficiar mais a cidade, gerando incremento de emprego, trabalho e renda nos hotéis, restaurantes, lanchonetes, oficinas de madeira e ferro, shoppings, meios de hospedagem em residências, segurança... entre outros segmentos ligados à cadeia produtiva do evento.

Para ampliar a dimensão desse carnaval, há que se explorar ainda mais o potencial do Recife Antigo e o de Olinda. Uma cidade que dispõe, a seu lado, de uma festa tão singular, alegre e irreverente como a da vizinha cidade já é por si só um produto comercializável e lucrativo. Nossa proposta pontual é fundir os dois carnavais e transformá-los na marca “Carnaval Recife-Olinda”. Isto vai “pegar” e potencializará uma maior atratividade nacional para a festa pernambucana. Que estado no Brasil dispõe de um conjunto de atrativos em uma única festa como o “Galo” estrondoso, o frevo, os blocos antigos, maracatus, bonecos gigantes, caboclinhos, tambores silenciosos, virgens de Olinda, escolas de samba, prévias tradicionais e até espaço poprock para os mais alternativos?

Qual caminho a seguir? Primeiro, institucionalizar a aliança entre Olinda e Recife. Em seguida, buscar os patrocínios e parcerias com as associações de bares e restaurantes, indústrias de bebidas, empresas de cartões de crédito, redes sociais e sites estratégicos. O estímulo para se conhecer o “Carnaval Recife-Olinda” já deverá estar em anúncios publicitários nesses sites ao menos três meses antes da festa. Isso despertará o interesse do público de diferentes localidades. É este o caminho para transformar Pernambuco num destino ainda mais procurado a partir de 2019.

(Adaptado de: LIMA, Mauro Ferreira. “Carnaval do Recife, proposta para crescer”. Disponível em: www.diariodepernambuco.com.br. 17.02.2018)

No terceiro parágrafo, o autor indica como um dos pontos fortes do carnaval de Pernambuco

- A) a diversidade de atrações.
- B) a cultura marcadamente erudita.
- C) a homogeneidade de tradições locais.
- D) o predomínio do estilo poprock.
- E) o fato de já ter nascido como negócio.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Reconhecimento de tipos e gêneros textuais

Fonte: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO À REGULAÇÃO DE TRANSPORTE - TÉCNICO EM CONTABILIDADE/ADMINISTRAÇÃO / ARTESP / 2017 / FCC

Q14.

Pode ser um saudosismo bobo, mas tenho saudades do tempo em que se ouvia o futebol pelo rádio. Às vezes, era apenas chiado; às vezes, o chiado se misturava com a narração; às vezes, a estação sumia; sem mais nem menos, voltava, e o jogo parecia tão disputado, mas tão emocionante, repleto de lances espetaculares, que tudo que queríamos no dia seguinte era assistir os melhores momentos na televisão. Hoje todos os jogos são transmitidos pela televisão. Isso é uma coisa esplêndida, mas sepultou a fantasia, a mágica.

Agora, que fique claro: em absoluto falo mal da tecnologia. Ao contrário, o avanço tecnológico, principalmente a chegada da internet, trouxe muita coisa boa pra muita gente. Lembro que ainda engatinhava no plano do Direito e, se quisesse ter acesso a uma boa jurisprudência, tinha que fazer assinatura. Hoje, está tudo aí, disponível, à farta, de graça. Somente quem viveu numa época em que não havia a internet tem condições de dimensionar o nível de transformação e de reprodução do conhecimento humano que ela representou...

(Adaptado de: GEIA, Sergio. Então chegou a tecnologia... Disponível em: www.cronicadodia.com.br)

Condizente com o gênero crônica, o texto consiste em

- A) uma história fantasiosa inspirada em fatos reais, com linguagem cerimoniosa.
- B) um registro histórico de fatos de relevo internacional, com linguagem hermética.

- C) um relato subjetivo de experiências cotidianas, com linguagem coloquial.
- D) uma compilação de opiniões divergentes sobre tema polêmico, com linguagem afetada.
- E) uma descrição objetiva da realidade visando noticiar fatos inéditos, com linguagem formal.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Adequação da linguagem ao tipo de documento

Fonte: TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO - INFORMÁTICA / MANAUSPREV / 2015 / FCC

Q15.

Na margem esquerda do rio Amazonas, entre Manaus e Itacoatiara, foram encontrados vestígios de inúmeros sítios indígenas pré-históricos. O que muitos de nós não sabemos é que ainda existem regiões ocultas situadas no interior da Amazônia e um povo, também desconhecido, que teria vivido por aquelas paragens, ainda hoje não totalmente desbravadas.

Em 1870, o explorador João Barbosa Rodrigues descobriu uma grande necrópole indígena contendo vasta gama de peças em cerâmica de incrível perfeição; teria sido construída por uma civilização até então desconhecida em nosso país. Utilizando a língua dos índios da região, ele denominou o sítio de Miracanguera. A atenção do pesquisador foi atraída primeiramente por uma vasilha de cerâmica, propriedade de um viajante. Este informante disse tê-la adquirido de um mestiço, residente na Vila do Serpa (atual Itacoatiara), que dispunha de diversas peças, as quais teria recolhido na Várzea de Matari. Barbosa Rodrigues suspeitou que poderia se tratar de um sítio arqueológico de uma cultura totalmente diferente das já identificadas na Amazônia.

Em seu interior as vasilhas continham ossos calcinados, demonstrando que a maioria dos mortos tinham sido incinerados. De fato, a maior parte dos despojos dos miracangueras era composta de cinzas. Além das vasilhas mortuárias, o pesquisador encontrou diversas tigelas e pratos utilitários, todos de formas elegantes e cobertos por uma fina camada de barro branco, que os arqueólogos denominam de “engobe”, tão perfeito que dava ao conjunto a aparência de porcelana. Uma parte das vasilhas apresentava curiosas decorações e pinturas em preto e vermelho. Outro detalhe que surpreendeu o pesquisador foi a variedade de formas existentes nos sítios onde escavou, destacando-se certas vasilhas em forma de taças de pés altos, as quais lembram congêneres da Grécia Clássica.

Havia peças mais elaboradas, certamente para pessoas de posição elevada dentro do grupo. A cerâmica do sítio de Miracanguera recebia um banho de tabatinga (tipo de argila com material orgânico) e eventualmente uma pintura com motivos geométricos, além da decoração plástica que destacava detalhes específicos, tais como seres humanos sentados e com as pernas representadas.

João Barbosa Rodrigues faleceu em 1909. Em 1925, o famoso antropólogo Kurt Nimuendaju tentou encontrar Miracanguera, mas a ilha já tinha sido tragada pelas águas do rio Amazonas. Arqueólogos americanos também vasculharam áreas arqueológicas da Amazônia, inclusive no Equador, Peru e Guiana Francesa, no final dos anos de 1940. Como não conseguiram achar Miracanguera, “decidiram” que a descoberta do brasileiro tinha sido “apenas uma subtração de agricultores andinos”.

Porém, nos anos de 1960, outro americano lançou nova interpretação para aquela cultura, concluindo que o grupo indígena dos miracangueras não era originário da região, como já dizia Barbosa Rodrigues. Trata-se de um mistério relativo a uma civilização perdida que talvez não seja solucionado nas próximas décadas. Em pleno século 21, a cultura miracanguera continua oficialmente “inexistente” para as autoridades culturais do Brasil e do mundo.

(Adaptado de: Museu Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://saemuseunacional.wordpress.com>. SILVA, Carlos Augusto da. A dinâmica do uso da terra nos locais onde há sítios arqueológicos: o caso da comunidade Cai N'água, Maniquiri-AM / (Dissertação de Mestrado) – UFAM, 2010)

Dos segmentos abaixo, o que NÃO possui linguagem adequada a documentos oficiais encontra-se em:

- A) Trata-se de um mistério relativo a uma civilização perdida...
- B) ... cobertos por uma fina camada de barro branco, que os arqueólogos denominam de “engobe”...
- C) Arqueólogos americanos também vasculharam áreas arqueológicas da Amazônia
- D) A atenção do pesquisador foi atraída primeiramente por uma vasilha de cerâmica...
- E) ... mas a ilha já tinha sido tragada pelas águas do rio Amazonas.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Processo Legislativo / Lei Orgânica do Distrito Federal / Da Organização do Distrito Federal

Fonte: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - ÁREA DE ATUAÇÃO: ATIVIDADES / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q16.

Com base no que dispõe a Lei Orgânica do DF (LODF), julgue os itens a seguir.

Ao DF e à União compete, concorrentemente, legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Processo Legislativo / Lei Orgânica do Distrito Federal / Da Organização dos Poderes / Disposições Gerais; Do Poder Legislativo; Do Poder Executivo

Fonte: OFICIAL / Polícia Militar/DF / 2010 / CESPE

Q17.

Com relação à organização dos poderes e à organização administrativa do DF, julgue os itens a seguir.

Após a expedição do diploma, os deputados distritais passam a ter o direito de ser processados e julgados, criminalmente, perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Processo Legislativo / Lei Complementar nº 13, de 1996 e alterações

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - CATEGORIA: TÉCNICO LEGISLATIVO / CLDF / 2005 / CESPE

Q18.

Julgue os próximos itens, supondo que o governador do DF tenha apresentado projeto de lei determinando a criação de uma hipótese de isenção tributária referente ao IPTU.

Caso esse projeto fosse aprovado pela CLDF sem sofrer emenda, ele não poderia ser vetado pelo governador do DF que o apresentou.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Processo Legislativo / Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal (Resolução nº 167, de 2000, consolidada pela Resolução nº 218, de 2005, e suas alterações)

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - CATEGORIA: TÉCNICO LEGISLATIVO / CLDF / 2005 / CESPE

Q19.

Julgue os próximos itens, supondo que o governador do DF tenha apresentado projeto de lei determinando a criação de uma hipótese de isenção tributária referente ao IPTU.

Se esse projeto tivesse sido apresentado por um deputado distrital, ele não deveria ser admitido.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Realidade do Distrito Federal / A realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

Q20.

No que se refere à administração pública e aos servidores públicos do DF, bem como à segurança pública dessa unidade federada, julgue os itens subsequentes.

A polícia civil do DF goza de autonomia funcional.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções sobre Legislação do Servidor Público do Distrito Federal / Legislação do servidor público do Distrito Federal / Lei Complementar distrital nº 840/2011

Fonte: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - ÁREA DE ATUAÇÃO: ATIVIDADES / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q21.

Relativamente ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais, conforme disciplina a Lei Complementar nº 840/2011, julgue os itens que se seguem.

O ato de nomeação de um aprovado em concurso público para professor do Distrito Federal pode ter efeito retroativo, sendo, no entanto, vedado tal efeito para os atos de posse e exercício.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Ato administrativo / Conceito, classificação, requisitos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 24ª / 2017 / FCC

Q22.

Considere:

I. O atributo da presunção de legitimidade dos atos administrativos depende de lei expressa.

II. A imperatividade significa que os atos administrativos são cogentes, obrigando a todos quantos se encontrem em seu círculo de incidência, ainda que o objetivo por ele alcançado contrarie interesses privados.

III. Em alguns atos administrativos, como as permissões e autorizações, está ausente o cunho coercitivo.

IV. A presunção de legitimidade dos atos administrativos é juris et de jure, ou seja, presunção relativa.

No que concerne aos atributos dos atos administrativos, está correto o que se afirma APENAS em

- A) I, II e IV.
 - B) III e IV.
 - C) II e III.
 - D) I e III.
 - E) II.
-

Noções de Direito Administrativo / Ato administrativo / Revogação, vícios, invalidade, anulação

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q23.

Considere hipoteticamente um ato administrativo exarado por autoridade incompetente. Em relação aos denominados atributos dos atos administrativos, o referido ato

- A) não produzirá efeitos, tampouco obrigará terceiros, independentemente da sua invalidação, ante o princípio que desobriga o cumprimento de ordens manifestamente ilegais.
- B) não produzirá efeitos, tampouco obrigará terceiros, independentemente da sua invalidação, o que se denomina imperatividade.
- C) produzirá efeitos e deverá ser cumprido, a menos que decretada, pelo Poder Judiciário, sua invalidade, sendo vedada a autotutela na hipótese, o que se denomina executoriedade.
- D) produzirá efeitos e deverá ser cumprido, enquanto não decretada, pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, sua invalidade, o que se denomina presunção de legitimidade ou veracidade.
- E) produzirá efeitos e deverá ser cumprido, enquanto não decretada, pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, sua invalidade, o que se denomina autoexecutoriedade.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Administração Direta e Indireta

Fonte: ANALISTA EM GESTÃO ESPECIALIZADO DE DEFENSORIA - ADMINISTRAÇÃO / DPE/AM / 2018 / FCC

Q24.

As entidades integrantes da Administração pública possuem diferentes características e contornos jurídicos, muitos atrelados à própria finalidade por elas desempenhada e ao objeto cometido a cada uma. Nesse sentido, as

- A) fundações possuem necessariamente personalidade de direito público, não se submetendo às regras do Código Civil.
- B) autarquias podem ser constituídas com personalidade de direito público ou privado, a depender da atividade desempenhada.
- C) sociedades de economia mista, mesmo quando atuam em regime de competição no mercado, integram a Administração indireta.
- D) empresas públicas se submetem integralmente ao regime jurídico de direito público, seja na atividade meio ou na atividade fim.
- E) organizações sociais, quando vinculadas ao poder público mediante contrato de gestão passam a integrar a Administração indireta.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Poderes da administração / Poder hierárquico

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/AP / 2015 / FCC

Q25.

Considere as assertivas abaixo.

I. No Poder Legislativo, inexistente hierarquia no sentido de relação de coordenação e subordinação, no que diz respeito às suas funções institucionais.

II. No Poder Legislativo, a distribuição de competências entre Câmara e Senado se faz de forma que haja absoluta independência funcional entre uma e outra Casa do Congresso.

III. A relação hierárquica caracteriza-se como uma relação estabelecida entre órgãos, de forma necessária e permanente.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, apenas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Poderes da administração / Poder disciplinar

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO / Assembleia Legislativa/SE / 2018 / FCC

Q26.

O poder disciplinar

- A) é sempre vinculado.
- B) equipara-se, em determinadas hipóteses, ao poder punitivo do Estado, realizado por meio da Justiça Penal.
- C) não abrange as sanções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração.
- D) pode ser exercido ainda que não esteja legalmente atribuído.
- E) vincula-se ao poder hierárquico, um reduzindo-se ao outro, haja vista que o primeiro é mais amplo que o segundo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Poderes da administração / Poder regulamentar

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 20ª / 2016 / FCC

Q27.

Considere as seguintes assertivas concernentes ao poder regulamentar:

I. O regulamento de execução é hierarquicamente subordinado a uma lei prévia, além de ser ato de competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

II. O poder regulamentar da Administração pública, também denominado de poder normativo, não abrange, exclusivamente, os regulamentos; ele também se expressa por outros atos, tais como por meio de instruções, dentre outros.

III. Os atos pelos quais a Administração pública exerce o seu poder regulamentar, assim como a lei, também emanam atos com efeitos gerais e abstratos.

IV. O ato normativo, em hipóteses excepcionais, poderá criar direitos não previstos em lei, sem implicar em ofensa ao princípio da legalidade.

Está correto o que se afirma em

- A) I e IV, apenas.
- B) I, II, III e IV.
- C) I e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q28.

Considera-se exemplo da atuação da Administração pública quando expressa seu poder de polícia a

- A) notificação ao permissionário de imóvel público para desocupação ao término do prazo de vigência do ato autorizativo ou diante de descumprimento das condições do termo.
- B) imposição de multa ao contratado no caso de descumprimento de determinada cláusula de um contrato administrativo.
- C) ordem para que o concessionário de serviço público expeça carteirinha de isenção para determinados usuários de transportes coletivos.
- D) exigência de carteira de habilitação especial para conduzir determinados veículos motorizados, em razão do porte ou de alguma outra especificidade.
- E) determinação de fornecimento de informações ao requerente, em instância superior, quando a autoridade à qual foram solicitadas tenha indeferido o pedido imotivadamente.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Responsabilidade civil do Estado / Fundamentos, responsabilidade sem culpa, responsabilidade por ato do servidor

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q29.

A responsabilidade extracontratual do Estado é estabelecida diante do preenchimento de alguns requisitos e pode ser imposta

- A) às pessoas jurídicas integrantes da Administração indireta, que respondem objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, independentemente das atividades que desenvolvem e de se tratar de atos comissivos ou omissivos.
- B) às pessoas jurídicas de direito público, respondendo subjetivamente nos casos de atos comissivos lícitos e nos casos de atos omissivos lícitos.
- C) aos entes públicos e concessionários de serviço público, não abrangendo as permissionárias de serviço público em razão do vínculo de delegação ter natureza de ato, não de contrato.
- D) às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, que respondem sob a modalidade objetiva diante da demonstração de nexo de causalidade entre a atuação de seus agentes e os danos causados a terceiros, que também demandam comprovação.
- E) aos entes públicos e aos privados que mantenham vínculo funcional ou contratual com a Administração pública e, em razão dele, recebam repasse de dinheiro público, o que lhes obriga a reparar eventuais danos causados a terceiro, sob a modalidade objetiva.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Responsabilidade civil do Estado / Reparação do dano; ação regressiva

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 11ª / 2017 / FCC

Q30.

Em movimentada rua da cidade de Manaus, em que existem diversas casas comerciais, formou-se um agrupamento de pessoas com mostras de hostilidade. Em razão disso, um dos comerciantes da rua, entrou em contato com os órgãos públicos de segurança responsáveis, comunicando o fato. Embora os órgãos de segurança tenham sido avisados a tempo, seus agentes não compareceram ao local, ocorrendo atos predatórios causados pelos delinquentes, o que gerou inúmeros danos aos particulares. A propósito do tema, é correto afirmar que

- A) os danos causados por multidões insere-se na categoria de fatos imprevisíveis, não havendo responsabilidade estatal.
- B) se trata de danos causados por terceiros, causa excludente da responsabilidade estatal.
- C) o Estado arcará integralmente com os danos causados, haja vista tratar-se de hipótese de responsabilidade subjetiva.
- D) o Estado responderá pelos danos, haja vista sua conduta omissiva culposa, no entanto, a indenização será proporcional à participação omissiva do Estado no resultado danoso.
- E) o Estado responderá integralmente pelos danos causados, em razão de sua responsabilidade objetiva e a aplicação da teoria do risco integral.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Q31.

Em relação à classificação dos bens públicos, é correto afirmar:

- A) A utilização de bens de uso comum somente pode ser efetuada a título oneroso.
- B) Os bens dominicais devem ser desafetados para que possam ser alienados.
- C) Os bens de uso especial são aqueles que não são destinados a uma finalidade específica.
- D) A utilização de bens de uso especial somente pode ser efetuada a título gratuito.
- E) Os bens dominicais não estão destinados nem a uma finalidade comum nem a uma finalidade especial.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Servidores públicos

Q32.

Entre as semelhanças e distinções possíveis de serem indicadas para os ocupantes de cargos e empregos públicos, está a

- A) possibilidade de submissão a regime público de aposentadoria, independente da natureza jurídica do ente ao qual estão vinculados, desde que previsto na lei de criação do ente.
- B) obrigatoriedade, para ambos, de se submeterem a estatuto disciplinar contendo direitos e deveres, estes que, se violados, dão lugar a processo disciplinar para aplicação de penalidades, exigindo-se participação de advogado para imposição de pena demissão.
- C) obrigatoriedade de prévia submissão a concurso público de provas e títulos, sendo que, no caso de empregados públicos, desde que, da lei que cria o ente que integra a Administração indireta, tenha constado essa exigência.
- D) responsabilidade objetiva para os funcionários públicos, à semelhança do imposto para a Administração direta, enquanto remanesce a modalidade subjetiva para os ocupantes de emprego público e seus empregadores.
- E) possibilidade dos empregados públicos serem demitidos por decisão motivada, não sendo necessário processo disciplinar, tal qual exigido para os funcionários públicos efetivos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Serviços públicos / Prestação de serviços

Q33.

Considere:

I. Independente de a pessoa satisfazer as condições legais, ela faz jus à prestação do serviço público, não podendo haver distinção de caráter pessoal.

II. Um dos princípios que regem os serviços públicos denomina-se mutabilidade do regime jurídico, segundo o qual admitem-se mudanças no regime de execução do serviço para adaptá-lo ao interesse privado, que é variável no tempo.

III. O princípio da continuidade do serviço público tem aplicação especialmente com relação aos contratos administrativos e ao exercício da função pública.

No que concerne aos princípios inerentes ao regime jurídico dos serviços públicos, está correto o que consta APENAS em

- A) I.
- B) I e III.
- C) II.
- D) I e II.

- E) III.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Princípios fundamentais da Constituição Federal

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q34.

À luz do que dispõe a Constituição Federal quanto aos seus princípios fundamentais,

- A) todo o poder emana de Deus, que o exerce por meio de representantes eleitos pelo povo, nos termos da Constituição.
- B) são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Moderador.
- C) constituem, dentre outros, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- D) a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- E) a República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Direitos e deveres individuais, coletivos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q35.

À luz do que dispõe a Constituição Federal quanto aos direitos e garantias fundamentais,

- A) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- B) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, pelo voto da maioria absoluta dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- C) são gratuitas as ações de habeas corpus, habeas data, mandado de segurança e mandado de injunção.
- D) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- E) é vedada, sem exceção, a pena de morte no Brasil.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Direitos sociais

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q36.

Maria foi condenada à pena de prisão por 10 anos e João à pena de prisão, pela prática de crime diverso, por 8 anos, ambos em sentença penal transitada em julgado, proferida em processo criminal que lhes garantiu a ampla defesa e o contraditório. Maria ficou presa por 10 anos e dois meses. João foi solto após 2 anos de prisão, uma vez que se comprovou que o crime pelo qual cumpria pena foi cometido por outra pessoa. Nessa situação, segundo a Constituição Federal,

- A) cabe ao Estado indenizar Maria pelo tempo que ficou presa além do tempo fixado na sentença e indenizar João por erro judiciário.
 - B) cabe ao Estado indenizar Maria pelo tempo que ficou presa além do tempo fixado na sentença, mas não cabe indenização em favor de João por erro judiciário, vez que ele foi preso em razão de sentença transitada em julgado, proferida em processo que lhe garantiu a ampla defesa e o contraditório.
 - C) cabe ao Estado indenizar Maria pelo tempo que ficou presa além do tempo fixado na sentença, mas não cabe indenização em favor de João por erro judiciário, vez que a Constituição Federal não prevê a responsabilidade do Estado pelos atos judiciais.
 - D) não é cabível indenização em favor de Maria e de João, vez que a Constituição Federal não prevê a responsabilidade do Estado pelos atos judiciais.
 - E) não é cabível indenização em favor de Maria e de João, vez que ambos foram presos em razão de sentença transitada em julgado, proferida em processo que lhes garantiu a ampla defesa e o contraditório.
-

Noções de Direito Constitucional / Administração pública

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q37.

Cargos e empregos públicos recebem da Constituição Federal de 1998 o tratamento de unidades autônomas de atribuições, para o desempenho das quais

- A) é exigida a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, regra de caráter absoluto, não sujeita a exceções.
- B) é exigida a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração e as contratações por tempo determinado, previstas em lei, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- C) é exigida a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, inclusive para as contratações por tempo determinado e para as nomeações para cargo em comissão.
- D) não é exigida a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, mas em processo seletivo simplificado, em razão da constitucionalização dos princípios da razoabilidade e eficiência na gestão da coisa pública.
- E) é exigida a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos para a primeira investidura, não o sendo para as demais, em que o acesso se dá por concurso interno.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Poder legislativo / Do processo legislativo

Fonte: ASSISTENTE DE TRÂNSITO / DETRAN/MA / 2018 / FCC

Q38.

Lei estadual que institua região metropolitana constituída por agrupamento de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, será

- A) incompatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa da União.
- B) compatível com a Constituição Federal, desde que se trate de lei complementar.
- C) incompatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa dos Municípios.
- D) compatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de competência legislativa concorrente de União, Estados e Distrito Federal.
- E) compatível com a Constituição Federal, desde que haja lei complementar federal que autorize os Estados a legislar sobre a matéria.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Poder executivo / Competência da união dos Estados-membros e do Distrito Federal, municípios e territórios

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q39.

Ao disciplinar a organização político-administrativa da federação brasileira, a Constituição Federal estabelece que compete

- A) privativamente à União legislar sobre propaganda comercial.
- B) privativamente aos Estados e Distrito Federal legislar acerca das custas dos serviços forenses.
- C) privativamente ao Município legislar sobre trânsito e transporte.
- D) à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre sistemas de consórcios e sorteios.
- E) privativamente à União legislar sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direito de greve / Constituição – leis constitucionais e leis complementares

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 15ª / 2013 / FCC

Q40.

No tocante à Greve, considere:

- I. Em regra, a entidade patronal correspondente ou os empregadores diretamente interessados serão notificados, com antecedência mínima de cinco dias da paralisação.
- II. São assegurados aos grevistas, dentre outros direitos, a arrecadação de fundos e a livre divulgação do movimento.
- III. A greve nos serviços funerários, em regra, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 48 horas da paralisação.
- IV. É vedada a paralisação das atividades, por iniciativa do empregador, com o objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento de reivindicações dos respectivos empregados.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I e III.
- B) I, II e IV.
- C) II, III e IV.
- D) II e IV.
- E) I, III e IV.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Hierarquia das leis, a inconstitucionalidade e o seu controle

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q41.

É incompatível com a Constituição Federal lei que organize a Defensoria Pública e

- A) atribua-lhe competência para apresentar sua proposta orçamentária.
- B) proíba os Defensores Públicos de exercerem advocacia fora de suas atribuições institucionais.
- C) determine a subordinação administrativa da Defensoria Pública à Secretaria de Estado vinculada à estrutura do Poder Executivo.
- D) garanta aos Defensores Públicos independência funcional e inamovibilidade.
- E) atribua-lhe competência para atuar extrajudicialmente em defesa dos necessitados que comprovarem insuficiência de recursos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal / Fato típico; infrações penais / Crime e contravenção

Fonte: TÉCNICO MINISTERIAL - ADMINISTRATIVO / MPE/PE / 2012 / FCC

Q42.

O tipo do art. 320 do Código Penal (Condescendência criminosa) está assim redigido: "Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente". No que concerne ao fato típico, a expressão "por indulgência" corresponde

- A) ao resultado.
- B) à ação.
- C) ao elemento subjetivo do tipo.
- D) ao nexo de causalidade.
- E) à omissão.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal / Fato típico; infrações penais / Crime doloso; crime culposos

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRF 3ª / 2014 / FCC

Q43.

Não há crime sem

- A) dolo.
- B) resultado naturalístico.
- C) imprudência.
- D) conduta.
- E) lesão.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Direito Penal / Fato típico; infrações penais / Antijuridicidade; exclusão de antijuridicidade

Fonte: TÉCNICO DA RECEITA ESTADUAL - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / SEFAZ - SEGE/MA / 2016 / FCC

Q44.

NÃO há crime quando o agente pratica o fato típico descrito na lei penal

- A) mediante coação irresistível ou em estrita obediência a ordem de superior hierárquico.
- B) por culpa, dolo eventual, erro sobre os elementos do tipo e excesso justificado.
- C) somente em estado de necessidade e legítima defesa.
- D) mediante erro sobre a pessoa contra a qual o crime é praticado, em concurso de pessoas culposos e nos casos de excesso doloso.
- E) em estado de necessidade, legítima defesa, em estrito cumprimento do dever legal e no exercício regular de direito.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Direito Penal / Dos crimes contra a administração pública

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/SP / 2017 / FCC

Q45.

Ricardo reside na cidade de São Paulo e acaba testemunhando, da janela de sua residência, o furto de um veículo que estava estacionado na via pública, defronte ao seu imóvel, praticado por dois agentes. Para se vingar do seu desafeto e vizinho Rodolfo e sabendo de sua inocência, Ricardo apresenta uma denúncia anônima à Polícia noticiando que Rodolfo foi um dos autores do referido crime de furto. A autoridade policial determina a instauração de inquérito policial para apuração da autoria delitiva em relação a Rodolfo. Nesse caso hipotético, Ricardo cometeu crime de

- A) denúncia caluniosa, com pena prevista de reclusão de dois a oito anos e multa, aumentada de sexta parte, pois serviu-se de anonimato.
- B) comunicação falsa de crime, com pena prevista de detenção de um a seis meses ou multa, aumentada de sexta parte, pois serviu-se de anonimato.
- C) denúncia caluniosa, com pena prevista de reclusão de dois a oito anos e multa, sem qualquer majoração.
- D) comunicação falsa de crime, com pena prevista de detenção de um a seis meses ou multa sem qualquer majoração.
- E) falso testemunho.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Direito Penal / Estatuto da Criança e do Adolescente

Fonte: TÉCNICO MINISTERIAL - ADMINISTRATIVA / MPE/AP / 2009 / FCC

Q46.

Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, considere:

- I. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- II. São penal e civilmente imputáveis os menores de dezoito anos.
- III. A criança que vier a praticar ato infracional, estará sujeita, dentre outras medidas, a advertência e a liberdade assistida.
- IV. O Conselho tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- V. O Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, desde que autorizado pelo juiz competente, poderá ter acesso ao local de internação de criança e de adolescente.

Está correto SOMENTE o que se afirma em:

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) I, II e III.
- D) II, IV e V.
- E) III, IV e V.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal / Lei de Proteção do Consumidor

Fonte: ESCRIVÃO DE POLÍCIA / Polícia Civil/DF / 2013 / CESPE

Q47.

Em relação aos crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997), aos crimes contra as relações de consumo (Lei nº 8.078/1990) e aos juizados especiais criminais (Lei nº 9.099/1995), julgue os itens que se seguem.

Todos os crimes contra as relações de consumo são considerados de menor potencial ofensivo. Portanto, admitem transação e os demais benefícios previstos na lei que dispõe sobre os juizados especiais criminais.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal / Crimes contra a vida e a integridade física

Fonte: APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO - SEGURANÇA INSTITUCIONAL / CNMP / 2015 / FCC

Q48.

João, 45 anos, foi assassinado por Judas Escariotes, 23 anos, que recebeu a quantia de R\$ 50.000,00 para praticar o crime. A conduta praticada por Judas Escariotes em face de João corresponde a homicídio

- A) culposo, cuja pena é de detenção de 1 a 3 anos.
- B) qualificado, mediante pagamento de recompensa, cuja pena prevista é de 12 a 30 anos de reclusão.
- C) culposo, cuja pena inicialmente é de detenção de 1 a 3 anos. Porém, no caso em questão, houve circunstância agravante que resultou no aumento de um terço da pena pelo fato de Judas Escariotes ter fugido para evitar a prisão em flagrante.
- D) qualificado, cuja pena prevista é de 8 a 20 anos de reclusão. Porém, no caso em questão, houve circunstância agravante que resultou no aumento de um terço da pena pelo fato de Judas Escariotes ter fugido para evitar a prisão em flagrante.
- E) simples, mediante pagamento de recompensa, cuja pena prevista é de 12 a 30 anos de reclusão.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal / Crimes contra a fé pública e a organização de trabalho

Fonte: AGENTE TÉCNICO - JURÍDICO / MPE/AM / 2013 / FCC

Q49.

A respeito do crime de falsificação de documento público, é correto afirmar:

- A) Os documentos emanados de entidades paraestatais não se equiparam a documento público.
- B) Caracteriza-se a forma culposa do delito, quando o agente alterar documento por equívoco e sem a intenção de prejudicar quem quer que seja.
- C) É desnecessária para a caracterização desse delito que a falsificação apresente a possibilidade de prejuízo.
- D) O testamento particular equipara-se a documento público para os efeitos penais.
- E) Só o funcionário público pode ser sujeito ativo desse delito.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal / O delito de tráfico de entorpecentes

Q50.

Julgue os itens que se seguem, acerca da legislação especial criminal.

Um indivíduo que consuma maconha e a ofereça aos seus amigos durante uma festa deverá ser considerado usuário, em face da eventualidade e da ausência de objetivo de lucro.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal / Crimes eleitorais

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/PB / 2015 / FCC

Q51.

As infrações penais descritas no Código Eleitoral

- A) são de ação pública.
- B) são sempre punidas com pena de reclusão e multa.
- C) podem ser punidas pelo Juiz Eleitoral, independentemente de denúncia do Ministério Público Eleitoral.
- D) são de ação pública somente quando se tratar de direito disponível.
- E) só podem ser punidas se houver representação do candidato ou do partido prejudicado.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Processual Penal / Inquérito policial

Fonte: TÉCNICO MINISTERIAL - SEM ESPECIALIDADE / MPE/PB / 2015 / FCC

Q52.

O Delegado de Polícia de um determinado Distrito da cidade de Campina Grande, após receber a notícia de um crime de roubo cometido na cidade, no qual a vítima Silvio teve o carro subtraído por um meliante no centro da cidade no dia 1º de maio de 2015, determina a instauração de Inquérito Policial. No curso das investigações, especificamente no dia 4 de maio de 2015, o veículo roubado é recuperado em poder de Manoel, o qual é conduzido ao Distrito Policial. A vítima é chamada e reconhece Manoel como sendo o autor do crime de roubo. A autoridade policial representa, então, ao juiz competente o qual, após manifestação do Ministério Público, decreta a prisão preventiva de Manoel, que é efetivada no mesmo dia 4 de maio. Neste caso, o Inquérito Policial deveria estar encerrado e relatado pelo Delegado de Polícia no prazo de

- A) 15 dias após iniciado o Inquérito Policial.
 - B) 10 dias após iniciado o Inquérito Policial.
 - C) 5 dias após iniciado o Inquérito Policial.
 - D) 15 dias, contado o prazo a partir da efetivação da prisão de Manoel.
 - E) 10 dias, contado o prazo a partir da efetivação da prisão de Manoel.
-

Noções de Direito Processual Penal / Jurisdição e competência

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TJ/AP / 2014 / FCC

Q53.

O Código de Processo Penal, como regra, determina a competência pelo

- A) domicílio ou residência do réu.
- B) lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- C) critério adotado pelas leis de organização judiciária, salvo a competência privativa do Tribunal do Júri.
- D) critério da prevenção e distribuição independentemente do iter criminis percorrido pelo agente.
- E) lugar em que foi praticada a infração penal.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Processual Penal / Prisão em flagrante; O livrar-se solto e fiança

Fonte: Técnico Judiciário - Segurança / TRT 15ª / 2013 / FCC

Q54.

A respeito da prisão em flagrante, considere:

- I. João teve seu veículo roubado e comunicou o crime à Polícia. Uma viatura saiu à procura dos assaltantes e, logo depois, visualizou os autores do crime de posse do veículo subtraído.
- II. Os integrantes de uma viatura policial visualizaram uma pessoa sendo assaltada e se aproximaram. Percebendo a aproximação da polícia, os assaltantes fugiram à pé, sendo perseguidos e cercados numa viela.
- III. Através de denúncia anônima, investigadores de polícia dirigiram-se ao local indicado pelo denunciante e encontraram em poder das pessoas que ali estavam diversos documentos de veículos furtados.

Podem ser presas em flagrante delito as pessoas das situações indicadas APENAS em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) II.
- E) III.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Processual Penal / Prisão preventiva; A apresentação espontânea; Prisão administrativa

Fonte: Técnico Judiciário - Segurança / TRT 15ª / 2013 / FCC

Q55.

Numa ação penal, a prisão preventiva do acusado foi decretada para garantia da ordem pública. Posteriormente, verificando que o réu tinha residência e emprego certos e bons antecedentes, o juiz revogou a prisão. No curso da instrução, testemunhas arroladas pela acusação passaram a receber ameaças do acusado. Nesse caso, o juiz

- A) poderá, de novo, decretar a prisão preventiva deste por conveniência da instrução criminal.
- B) não poderá voltar a decretar a prisão preventiva, porque a prisão anterior foi revogada.
- C) só poderá voltar a decretar a prisão preventiva se os motivos da revogação tiverem se alterado.
- D) poderá decretar a prisão temporária do acusado até a realização da audiência de instrução.
- E) só poderá decretar novamente a prisão preventiva se tratar de crime da competência do Tribunal do Júri.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Q56.

Com relação ao regime jurídico peculiar dos funcionários policiais civis da União e do DF, julgue os itens subsecutivos.

Se um agente de polícia cometer crime contra os costumes ou contra o patrimônio, a ele será aplicada automaticamente a pena de demissão, independentemente da natureza e da configuração do crime.

- CERTO
- ERRADO